



**Gabinete do
Procurador-Geral Adjunto
para Crimes Graves
de Timor-Leste**

**INFORMAÇÃO PÚBLICA DA UNIDADE DE CRIMES GRAVES 22 de Março de
2004**

UCG: INVESTIGAÇÃO E ACÇÃO PENAL

***SUBMETIDO SUMÁRIO DE APOIO À APLICAÇÃO DE UM MANDADO DE
CAPTURA PARA WIRANTO***

A 19 de Março de 2004, o Procurador-Geral Adjunto para Crimes Graves submeteu um “Sumário de apoio à aplicação da emissão de um mandado de captura para Wiranto” nos Painéis Especiais para Crimes Graves. O documento resume o direito em causa em relação às acusações sobre responsabilidade de comando por crimes contra a humanidade, assim como o grande volume de provas que foram enviadas aos Painéis Especiais em apoio às acusações. Mais de 15.000 páginas de material de provas foram enviadas aos Painéis Especiais em apoio aos mandados de captura para o General Wiranto e sete outros arguidos de alto nível nesta acusação.

O Procurador-Geral para Crimes Graves, Dr. Nicholas Koumjian, explicou: “O meu antecessor submeteu um requerimento de mandado de captura para Wiranto há mais de um ano atrás. O documento que enviamos hoje tem como objectivo ajudar o tribunal, uma vez que resume o grande número de provas em apoio às acusações. As provas que fornecemos ao tribunal mostram que Wiranto falhou nas suas responsabilidades como comandante superior do exército e das forças policiais em Timor-Leste para prevenir a prática de crimes contra a humanidade, tendo falhado também em punir os ser perpetradores. Tenho confiança de que o mandado de captura seja emitido.”

O arguido General Wiranto é o oficial de mais alto nível de todas as acusações emitidas pela Unidade de Crimes Graves desde que as investigações e as acções penais tiveram início em 2000. A acusação contra Wiranto, seis comandantes militares de alto nível indonésios e um oficial timorense foi submetida ao Painel Especial para Crimes Graves e 24 de Fevereiro de 2003. Nela alega-se que o General Wiranto, na altura Ministro da Defesa e Segurança e Comandante das Forças Armadas, foi responsável segundo o direito internacional pelos crimes contra a humanidade de homicídio, deportação e perseguição por ter falhado em punir ou prevenir os crimes cometidos pelos seus subordinados ou por aqueles agindo sob o seu controlo efectivo no período antes e depois da consulta popular de 1999 em Timor-Leste.

Todas as acusações do processo permanecem pendentes. Enquanto que foi emitido um mandado de captura contra o Ten. Coronel Yayat Sudrajat pelos Painéis Especiais em Novembro de 2003, as aplicações para mandados de captura para os outros sete co-arguidos esperam ainda a decisão do Painel Especial para Crimes Graves.

**PARA TRADUÇÕES DO “SUMÁRIO DO CASO WIRANTO” CONTACTE:
scu@un.org**